

ANEXO I

**Declaração: alínea a) do n.º1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos,
aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro**

1 – Manuel Gonçalves Casanova, titular do cartão de cidadão n.º 10656293 2ZX7, emitido, pelo arquivo de Viana do Castelo residente em Rua do Lateiro, freguesia de Serreleis, na qualidade de representante legal da Firma CONCRETOS VEZ – CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA, com sede na Rua Dr. Félix Alves Pereira- Centro Comercial Norte Vez- Loja 55 RC - 4970-456 Arcos de Valdevez, pessoa coletiva n.º 513757163, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS EM PARQUES INFANTIS ESCOLARES (GIELA E TÁVORA) ”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reserva, todas as suas cláusulas.-----

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo: -----

- a) Anexo I; -----
- b) Plano trabalhos;-----
- c) Plano de mão-de-obra para execução de trabalhos;-----
- d) Plano de equipamento para execução dos trabalhos;-----
- e) Plano pagamentos e respetivo cronograma financeiro;-----
- f) Memória descritiva e justificativa de modo de execução da obra;-----
- g) Preço anormalmente baixo -----
- h) Lista de preços;-----
- i) Certidão Permanente;-----
- j) Declaração de preços parciais e Alvará ;-----

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável. -----

4 – Mais declara sob compromisso de honra, que: -----

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem os respetivos processos pendentes; -----
- b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (ou os titulares dos seu órgão sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional); -----
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ou os titulares dos seus órgão sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional); -----
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal), -----
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal); -----
- f) Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21º do Decreto-lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º1 do artigo 71º da lei n.º 19/2012, de 08 de Maio, e no n.º1 do artigo 460º do presente Código durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória; -----
- g) Não foi objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 627º do Código do Trabalho; -----
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização do seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que impunham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal); ---
- i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguinte crimes: -----

- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º1 do artigo 2º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º1 do artigo 3º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho; -----
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos interesses Financeiros das Comunidades Europeias; -----
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais; -----

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.-----

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação de direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para os efeitos de procedimento criminal. -----

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º4 desta declaração. -----

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termo do numero anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo



456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para os efeitos de procedimento criminal. -----

Arcos de Valdevez, 28/08/2017.